



Ata da 5ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Pública – CONASP

Às 09:33 h, do dia 10 do mês de junho do ano 2.010, no Centro de Convenções da Elo Consultoria, situado na SCN, quadra 02, Bloco “A”, 1º Andar, Ed. Corporate Financial Center, em Brasília-DF, teve início a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP). Preside interinamente a reunião, o Conselheiro Ricardo Balestreri, Vice-presidente do CONASP. Ao fazer uso da palavra o presidente saúda a todos em nome do Ministro Luis Paulo Barreto, e agradece a participação dos senhores conselheiros nesta reunião, destacando que o objetivo principal da reunião, é a discussão do Regimento Interno. A seguir passa a palavra para Conselheira Regina Miki. A conselheira saúda a todos e informa que já há 2 inscrições para as eleições, passando a palavra para Guilherme, servidor da Secretaria Executiva, para que ele faça a apresentação dos novos conselheiros. Guilherme, faz a apresentação dos seguintes conselheiros que foram designados por portaria, assinada pelo Sr. Ministro de Estado da Justiça: 01. LUCIANO ANDRÉ LOSEKANN (titular) – como representante do Conselho Nacional de Justiça, em substituição a Erivaldo Ribeiro dos Santos. 02. MÁRCIO ANDRÉ KEPPLER FRAGA (suplente) – como representante do Conselho Nacional de Justiça, em substituição a Paulo de Tarso Tamburini. 03. ÁLVARO BATISTA CAMILO (titular) – como representante do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares, em substituição a João Carlos Trindade Lopes. 04. ERIVALDO RIBEIRO

DOS SANTOS (suplente) – como representante do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, em substituição a Ela Wiecko de Castilho. WILMAR COSTA BRAGA (titular) – como representante do Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil. A seguir o presidente passou a palavra ao senhor Marcelo Pires, membro da Secretaria da Presidência da República, para a apresentação do projeto de conselhos, que está sendo desenvolvido pela Secretaria. Marcelo Pires faz saudações ao pleno, e lembrou que sua entidade participou da CON da CONSEG. Ele entende que a conferência foi uma oportunidade para os cidadãos participarem das discussões a respeito da segurança pública. A seguir faz a entrega de um livro aos conselheiros. Este livro retrata o processo de participação social por meio de conferências e congressos. Ressalta que governo Lula escolheu dialogar de forma direta com os movimentos sociais, sindicatos e outras organizações. Ressalta que é gratificante ver o CONASP revigorado após a conferência. Afirma que o Conselho Nacional de Defesa Civil, não tem participação da sociedade civil, e que será iniciada sua reformulação para que possa haver a presença da sociedade civil. Destaca que há um processo de reformulação de conselhos com esse objetivo, e os novos conselhos criados – como mulheres e igualdade racial – foram criados dentro desta perspectiva. Afirma que hoje existem 160 conselhos nacionais, destes 61 tem pelo menos 1 membro da sociedade civil. E 41 dentro dos 61, têm significativa participação da sociedade civil. O livro que foi entregue aos conselheiros, está na oitava edição, e é a primeira confeccionada em gráfica. A Secretaria pretende produzir outras com maiores detalhes, contendo informações completas de todos conselhos, e com nomes dos conselheiros. Reconhece os erros gráficos e de algumas informações no livro. Mas, na secretaria existem poucos servidores, o que dificulta o serviço. Afirma que as conferências nacionais são objeto de investigação e de publicidades nos meios de comunicação. Hoje as pessoas querem saber os custos, as resoluções, os resultados. E isso é muito importante. Foram 110 conferências nacionais, de 1941 até a conferência de cidades que começa na semana que vem. Destas, 69 ocorreram durante o governo Lula. Com isso, o governo mostra preocupação de discutir os problemas da sociedade brasileira. O Grupo de Trabalho criado pelo governo, para consolidação das leis sociais e

transformação em leis, de todas as resoluções das Conferências Nacionais. Conselheiro Ricardo Balestreri agradece ao senhor Marcelo Pires. Conselheiro Tião – faz saudações ao palestrante e também agradece sua participação. Solicita que envie a cartilha em PDF via e-mail, reconhece a importância da publicação e diz que isso é mais barato. Conselheiro Paulo, cumprimenta o palestrante e afirma que tem uma preocupação quanto a um Projeto de Lei que está na Câmara dos Deputados, e que prevê a criação de um conselho, formado por 10 delegados, OAB, outros. Este conselho é corporativo, não tem a participação de sociedade Civil e de trabalhadores. Afirma que sua entidade fez nota de repúdio a este processo. Pede que a mesa encaminhe ao pleno uma posição de repúdio à criação deste conselho. Conselheiro Ricardo Balestreri, diz que SENASP já se manifestou contra a criação deste conselho. Conselheiro Cel Mello - saúda a todos, e destaca o novo modelo de segurança discutido na CONSEG, na constituição de 1988 não foi dito e discutido qual modelo de segurança. A conferência trouxe a oportunidade de construção do CONASP, reforça as palavras do conselheiro Paulo. Destaca que o conselho proposto exclui sociedade Civil, trabalhadores. O CONASP tem se reunido e trabalhado por mais de 1 ano, e esse conselho surge do nada, um conselho de polícias. Sem dúvida os policiais precisam ser ouvidos, não apenas os chefes de polícias, os potenciais membros deste conselho, estão plenamente representados no CONASP. Como representante dos comandantes gerais, diz que se deve valorizar o CONASP. Conselheiro Gonzaga – entrega ao ministro, documento que reforça criação de conselho estadual em MG. Pede que o governo financie a participação dos movimentos sociais, que muitas vezes não têm recursos para viajar. Marcelo Pires – afirma que vai fazer interlocução com as comissões no congresso, falando do equívoco da aprovação deste projeto, outro ponto é que o próprio CONASP que já serve como razão para não criação de outro conselho. Conselheira Regina – afirma que se a criação do conselho de polícias, for um apelo por controle externo, ela será insuficiente para se obter este objetivo. O caminho deve ser o reforço das corregedorias e ouvidorias. Conselheiro Manuel destaca que deve-se descobrir onde o PL está, e fazer o lobby junto ao parlamento, já que os conselhos com participação social são melhor modelo. Conselheiro Paulo afirma que este PL é corporativo, o

projeto vai ser aprovado se não houver uma ação e uma posição imediata. Conselheiro Ricardo Balestreri afirma que o controle externo, deve ser realizado através do reforço das corregedorias e das ouvidorias. Ouvidorias autônomas, pode-se até pedir a realização de estudos legislativos sobre modelos de outros países, como USA, que também são uma federação, para verificarmos como eles atuam nesta área. A aprovação deste PL abre as portas para que outros conselhos sejam criados. Apresenta pedido de moção falando da existência do CONASP, que entre suas atribuições possa prever o controle externo. Conselheira Regina – comunica do registro das atas, que isto é um compromisso com a posteridade. As atas serão encadernadas, uma cópia vai para a biblioteca do MJ, e uma ficará na SE. Informa também que o IPEA está trabalhando com o Conselho, pede que aqueles conselheiros que ainda não responderam o questionário, pede que respondam e entreguem ao Fábio. Comunica a entrega e distribuição de convites para apresentação do circo (UNICIRCO), hoje à noite. Solicita a indicação de três conselheiros para escrever a moção. Apresentam-se como voluntários os conselheiros Cel. Melo, Cibele, Paulo Poloni e Rosemeire. Conselheiro Balestreri afirma que não questiona a intenção da PEC, mas acha que é uma iniciativa que esvazia o conselho, abre janelas para outras, e reforça que o controle externo não pode ser feito pelos próprios órgãos policiais. Ressalta que a SENASP está restrita pela legislação eleitoral, e a partir de julho, estará sofrendo contingenciamento, não houve reversão. A SENASP é o grande executor do Ministério da Justiça, que vive diariamente a fila da queixa, todos reclamam e com justiça. Mas não tem recursos, os recursos poucos, não há recursos para investimentos. Não fala pelo PRONASCI, mas pode dizer que os recursos do PRONASCI são reduzidos, o Bolsa Formação não ser a mexido, ela está institucionalizada, e consome algo em torno de R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais) ao ano. O país paga muito mal seus operadores de segurança, a bolsa é uma grande vitória, que provavelmente será consolidada como política de Estado, não somente capacitação, mas também pela suavização da realidade de policiais e Guardas Municipais. A capacidade do PRONASCI e do FNSP, está neste momento limitado a R\$ 208.000.000,00 (duzentos e oito milhões de Reais), menos da metade. Antes a maior fonte de investimento foi o PRONASCI e o FNSP era

destinado aos estados não conveniados ao PRONASCI. Agora o FNSP tem recebido demandas de todos os estados, com a realidade de poucos recursos. Existe a possibilidade de descontingenciamento em setembro dos recursos da segurança pública. Para resolver esta situação, o ministro criou o COGESP, para fazer a gestão dessa situação, com a intenção de identificar os programas e projetos que serão elencados para execução. Conselheiro Gandra, ressalta que os conselheiros do CONASP, muitas vezes fogem de suas atribuições, como disse o Denis, são encaminhados para votação PL do governo, são aceitas em parte, proposta de piso nacional. Se remete ao CONASP, o papel do CONASP é importante, convidar governadores, seus representantes. Questiona se o conselho vai aprovar a moção, conforme acordo. Pois, no dia 16, o projeto será aprovado no congresso. Afirma que a política do governo deverá ter outros rumos, deve-se inclusive pensar a forma de como a Bolsa consome os recursos da segurança pública? parece que o governo federal desconhece o que o conselho tem discutido. Ou será que não se vai discutir e intervir ou propor nada, será que os conselheiros estão somente brincando de conselho. Conselheiro Agadeilton Concorda com Gandra, Tião, Deniz. Informa que se pode usar a Internet para que se tenham alguns encaminhamentos e assuntos previamente discutidos. Reconhece a falha como conselheiro. Mas, ressalta que é importante o CONASP passar a pensar as políticas de segurança pública. Conselheiro Sá Ribas afirma que, quanto a restrição orçamentária, o seu GT, discutiu a questão orçamentária. Sugere que através da câmara técnica, seja feito um acompanhamento, monitoramento, análise das propostas e execução orçamentária. A segurança pública nunca teve o retorno de orçamento desejado e preciso, uma demanda da população, há demandas sociais enormes, isso faz com que a segurança seja sempre postergada no orçamento e na execução. Ressalta que em torno de 95% do orçamento de segurança são voltados a despesas correntes. Que não há investimento em tecnologia por exemplo. E ainda que na situação colocada pelo secretário, o CONASP precisaria tomar conhecimento das situações para uma análise e tomada de posição, saber os estágios de programas e projetos para identificar ações necessárias. O piso nacional foi um dos temas da conferência, a sociedade Civil reconhece os baixos salários, e foi apontado como um

fator que causa os problemas estruturais. Estão sendo vítimas da corregedoria da câmara os deputados que apoiaram a passeata e manifestação a favor da PEC, havia em torno de 35 deputados federais, a representação da corregedoria atinge somente os representantes dos policiais militares. Conselheiro Gilson afirma que, quanto ao contingenciamento numa área como a segurança pública é grave, o que o conselho pode fazer, como se manifestar, acredita que se poderia tomar uma posição e encaminhar o ao MPOG para que se descontingencie os recursos para segurança pública. Conselheira Regina – sugere além do MPOG, a casa civil, e a presidência. Conselheiro Ricardo Balestreri afirma que isto sim é uma função do CONASP, garantir a continuidade de políticas e programas já executados a alguns anos. Fala como conselheiro, fica pasmo com a passividade dos militantes e gestores nos três níveis de governo, como passividade se refere à cultura de fazer a gestão da penúria, e não ser mais propositivo e reivindicativo, ter maior capacidade de articulação. Ressalta que este conselho também deve se manifestar quanto a políticas promovidas e induzidas pelos estados, não se contraria quando vocês trazem à tona as atribuições do conselho. Destaca que traz questões polêmicas ao conselho, é necessário que se discuta a questão a fundo, concorda que o papel do CONASP é discutir questões de fundo, o orçamento é fundamental para as políticas de segurança. A SENASP está aberta pra discutir questões de fundo. Encerra dizendo, não se acostume com a cultura da privação, ao invés de se discutir mais recursos, tirar dinheiro da Bolsa para outras políticas, diz em outros espaços, precisa-se de maior investimento pelos estados e municípios. Se disser que a Bolsa consome demais, não serão necessários e mais recursos e não haverá o fim da redução de recursos. Hoje se melhorou muito. Houve um aumento de 5 vezes nos recursos, se discute a Bolsa, mas não acredita que tirar recursos da bolsa para outras áreas seja o caminho, precisa sim é de mais recursos. Conselheira Regina – sugere como encaminhamento da reunião, informando que a ata e o regimento interno não foram votados. Desta forma, se deve pensar o financiamento, e inclusive pensar o papel, o investimento dos estados, mesmo que este seja um conselho nacional. Se Sergipe, pode aumentar o piso salarial, por que outros estados não o fizeram, há estados com maiores recursos que não o fizeram, não se deve esperar

somente recursos do governo federal, tem-se que incluir estados e municípios na discussão. A Secretaria Executiva tem trazido os conselheiros para os GT's, como o GT de acompanhamento com proposta de câmara técnica para discutir políticas públicas. Conselheiro Everardo destaca que ao invés de moção, o conselho deve fazer uma resolução política, afirmando que o CONASP, deve dizer não ao contingenciamento, deve reprovar o conselho dos chefes de policiais, e dizer que quer aprovação já de um piso salarial para policiais. Conselheira Regina- entende que seria necessária a incorporação de mais conselheiros para escrever a resolução. Conselheiro Gandra – faz encaminhamento da proposta de Everardo, ressaltando que existem idéias para discutir financiamento, inclusive no congresso há a CPI da violência urbana, o próprio relator, Dep. Paulo Pimenta, incorporou algumas propostas de sua entidade, uma delas é a taxaço da bebida alcoólica. Conselheiro Celito – resalta que na 4ª reunião, foi aprovada uma minuta de moção, a qual não saiu, por falta de informações. Conselheiro Agadeilton solicita que a reestruturação das corregedorias e o fortalecimento das ouvidorias, para controle efetivo da atividade policial, sejam incluídos na resolução. Conselheira Regina – lembra para não colocar muitos itens numa mesma resolução, o que pode descaracterizar a resolução. Conselheiro Balestreri – sugere que Everardo se integrasse ao grupo que elaborar a resolução. Se a resolução sobre contingenciamento estiver junto com outros temas, ela será esvaziada. Conselheira Regina – esclarece que este pleno delegou a uma comissão, qualquer explicação sobre este edital, ele foi aprovado. Então, todos os questionamentos devem ser levados à comissão, que deverá dirimir qualquer dúvida. Conselheiro Deniz afirma que entende que há comissão eleitoral, há muitos questionamentos e que não sabe muitas vezes explicar. Há ainda mudanças no processo que podem ocorrer ou não. Uma delas, seria direito a financiamento. Apresenta pedido de 40 minutos para que se discuta o assunto. Ressalta que está sendo feito um esforço de mobilização para eleição e se tem de voltar com respostas. Conselheira Regina- afirma que questionamentos podem ser escritos e levados a comissão, ela poderá se reunir. Destaca que não há previsão de financiamento para participação no processo eleitoral. Conselheiro Sana explica que quer transferir para agosto o ponto no qual se discutiu o papel dos

municípios, em razão de que não foram esgotadas todas as consultas e pesquisas de informações. Há a intensão de que, em 20 de junho a comissão entregue aos conselheiros um documento para ser discutido em agosto, na última reunião deste conselho. Quanto a comissão eleitoral, as decisões são da comissão como acordado pelo pleno, nada impede que sejam colhidas contribuições do pleno. Apresenta a proposta de uma reunião extraordinária no final do dia, para consolidar os entendimentos. Solicita que as contribuições sejam encaminhadas por escrito. Mas, será aberto espaço para conselheiros falarem. Conselheiro Braga afirma que os conselheiros devem só debater para evitar problemas, não pensa em mudanças no edital, mas se deve sanar dúvidas quanto a ambigüidades do edital, duvidas do edital e até mesmo contradições. Ressalta que se não houver este espaço o conselho estará adiando problemas para o futuro, e que isso não é perda de tempo. Conselheiro Agadeilton – concorda com a conselheira Regina. Conselheira Cibele afirma que não trata-se somente de incongruências, mas sim de ausências, há subjetividades muito acentuadas, como serão indicados os gestores pelo ministro? Conselheiro Balestreri sugere que seja feita a reformulação da pauta, com uma nova programação. Solicita que seja discutida a aprovação da ata. Ressalta que se houver algum reparo apontado por algum conselheiro, a sistemática é receber a retificação por escrito para que se faça a correção e que se voltará a aprovação no dia seguinte. Que a pauta seja discutida no almoço. Os trabalhos foram encerrados às 12:30h. No período da tarde, a reunião foi reiniciada às 14:20 h. Conselheira Regina, solicita que seja registrado em ata que ela, presidirá a reunião conforme decidido na última reunião, agora haverá exposição da comissão eleitoral pelos conselheiros Sanas, Melo. Os conselheiros Eliete e Marcos Costa, chegaram a BSB, eliete chegou ontem, mais ainda não se encontram presente. Sana – diz que a comissão eleitoral não se manifestará quanto a mérito, mas sim, fará registro das questões levantadas quanto a dúvidas. Conselheira Raquel – apresenta suas dúvidas quanto a falta de clareza com respeito à composição de chapa. Ressalta que não está explicitado como se dará a assembléia e o processo de votação. Sua maior preocupação diz respeito a falta de mobilização, desconhece outros estados, mas segundo conselheiro Tião, o mesmo se repete no Rio. O não

pagamento de passagens, é um complicador, desmobiliza. Pois, a assembléia em Brasília inibirá a participação. É necessário que se busquem mecanismos de votação para maior mobilização e participação nos estados. Se isso não for feito, há risco de termos no processo quase que exclusivamente as entidades e organizações que já se encontram no conselho, colocando em risco a representatividade. Conselheira Rosemeire afirma que há uma missão a ser cumprida pelo conselho, qual seja o regimento. Assim se deve avançar nele. Sua fala é em razão ao que está escrito, e não condiz ao acordado na reunião anterior, inciso II, fala que as entidades que fazem parte da comissão não poderiam ser candidatas, mas agora está no texto que também não podem ser eleitoras. Conselheiro Tusco, solicita esclarecimento sobre o item 3.8, que trata de entidades enquanto candidatas, compartilhando cadeiras, se poderiam compartilhar voto. Conselheiro Agadeilton firma que embora não deva ter mais discussões sobre edital, no item 2.6, há dúvida. O que significa: os membros da comissão eleitoral não podem ser candidatos ou eleitores, mesmo após impedimentos, como renúncia, o item é confuso. Conselheiro Sana – pede que os formuladores dos questionamentos façam por escrito, para que se tenha tudo fundamentado. Conselheiro Gandra afirma que participou da reunião passada, o tema referido foi votado pelo pleno, ou foi delegado a comissão? Já que foi votado pelo pleno, e o texto não condiz com o acordado. Deve ser feita uma emenda para garantir a coerência com o acordado no pleno. Conselheiro Gonzaga – encaminha novo procedimento, acha que não se deve rediscutir a questão. Muda-se e vota-se apenas o texto. Conselheiro Gandra – se a redação altera o que foi votado, tem-se de ter nova votação. Conselheiro Sá Ribas ressalta que não se deve discutir o mérito, apenas se o texto está de acordo com o deliberado. Já se decidiu o mérito e infelizmente a redação não expressa com exatidão o decidido. O que se deve ter é uma nova redação, apenas isso. Conselheiro Gandra, questiona se o que foi votado, e afirma que desconhece o texto. Conselheiro Sá Ribas – não devia haver impedimento e restrição às entidades que hoje estão no CONASP, para participação na eleição. A redação dá margem ao entendimento contrário. Conselheiro Sana questiona se necessário a comissão consultar a gravação? Havendo necessidade de alteração da redação, sem dúvida ela será feita. Conselheira Regina – pede à

equipe, a gravação e a impressão da memória da última reunião. Conselheiro Tião afirma que uma questão levantada é quanto ao financiamento da participação dos eleitores. O pleno precisa se posicionar, se haverá dinheiro ou não, o Ministério da Justiça se pronunciará. Conselheiro Almir- lembra de fazer uma solicitação ao Ministério Justiça, para o financiamento da participação dos inscritos no processo eleitoral. Conselheira Regina solicita que se faça por escrito a solicitação de financiamento, e que seja levado ao ministro. Pede que haja contagem de 2 minutos para sua fala, e coloca em votação se o pleno acha conveniente ou não a participação financiada. Conselheira RAQUEL – afirma que sabe que, se não houver recursos diversas entidades não participaram do processo. Assim, há necessidade de se discutir isso, como também os mecanismos alternativos de votação. Pois, a eleição em Brasília, favorece aquelas entidades que já se encontram em Brasília. Mas, inibi entidades de outros estados. Se não há financiamento de passagens, então que haja mecanismos que garantam a participação das 5 regiões. Conselheiro Everardo – lembra que na reunião passada, o conselheiro Denis levantou a questão do financiamento. Se houver passagens, nem se sabe o universo do colégio eleitoral. Ele sugeriu ao conselheiro Denis um número X de passagens, não foi possível essa discussão nas audiências públicas. Porto Alegre sugeriu que houvesse votação por meio eletrônico. Ressalta que o conselho quer ter a representação que houve na CONSEG. Porém, como na decisão da reunião passada já temos um edital, o pleno, deve tomar uma decisão sobre passagens, será uma quantidade exata, será para todas, o conselho não deve pedir passagens. Afirma que quer votação de resolução sobre passagens. Conselheiro Tião afirma que não pode haver votação. Pois isso haja foi votado. O conselho não é verticalizado, outros são, seus membros são tirados dos municípios, depois nos estados, até a esfera nacional. Não é justo pensar da maneira de quem tem direito a passagem e quem não tem direito. O que se deve fazer é encontrar soluções, os movimentos são criativos e se mobilizarão. Deve-se pensar em soluções. Conselheira Regina faz um encaminhamento no sentido de se encontrar alternativas. Mas, ressalta que o tema já foi votado. E que não se deve votar novamente. Conselheiro Gandra afirma que, no segmento de trabalhadores, todas as entidades são nacionais, isso prejudica o

segmento, pois nenhuma entidade regional ou estadual do segmento trabalhadores que irá votar ou ser votada. Conselheiro Bridi afirma que há uma angústia da Sociedade Civil quanto a participação. Questiona se não se poderia pensar em voto por procuração? Já que a Sociedade Civil é articulada, todas as instituições se comunicam. Conselheiro Gonzaga afirma que não pode deixar de colocar a questão, talvez deva entregar o documento ao ministro hoje, pois para os movimentos sociais é importante a garantia da participação, se há sustentação jurídica, é outra conversa. Entrega para a conselheira Regina, e solicita que seja repassada ao ministro. Conselheira Regina afirma que a carta, é a mesma da conferência nacional. Ressalta que em momento algum, ficou garantida a participação e o custeio de passagens para o processo eleitoral. O que foi garantido, foi um processo participativo e democrático. Conselheira Cibele ressalta a ausência das entidades gestoras, da participação, de como se dará a indicação dos gestores pelo ministro. Afirma que, embora isso não seja matéria do edital, o pleno deve discutir, pois não há critérios para a indicação de entidades gestoras. Desta forma, a indicação se resume a articulação das entidades. Conselheira Regina afirma que está na ata que irá entregar ao ministro uma carta com critérios para indicação de entidades gestoras. Fica registrado o recebimento da carta dos Movimentos Sociais de Minas Gerais, pedindo financiamento para participação dos movimentos no processo eleitoral do CONASP, a ser realizado no dia 30 de agosto do corrente ano. A carta foi lido pelo Gonzaga. Conselheira Regina pergunta se o ponto do edital está esgotado. Solicita o retorno à discussão do regimento interno. Votação da nova pauta – aprovada por contraste. Conselheira Regina sugere que seja aprovado ponto a ponto. Ressalta que os pontos são elencados, mas não taxativos. Pois, o que dá a decisão final e jurídica é o órgão do Ministério da Justiça, responsável por isso. Guilherme – apresenta a proposta e a discussão de pontos, obedecendo ao decreto e a legislação pertinente, o regimento interno e atribuição deste conselho, há possibilidade de retificações de pontos específicos. A votação será ponto a ponto. Conselheira Rosemeire afirma que foi assessora jurídica em 14 conselhos, quanto a delegações, o pleno sempre é soberano, mesmo que seja delegada a uma comissão, toda deliberação é do pleno. Afirma que quando se delega algo para um espaço, a decisão

final é do pleno, parece que isso não está contemplado no texto. Guilherme – usa como exemplo, à comissão eleitoral foi delegada a possibilidade de tomar decisões de sua competência sem retorno ao pleno, pode-se rever tanto isso quanto os demais pontos. Conselheira Regina lembra que o documento apresentado, é apenas indicativo, pedindo que as ponderações sejam colocadas no texto, para discussão e votação. Conselheira Rosemeire ressalta que o texto cria exceções, por exemplo, criou um GT, com delegação para tal ponto, e o resultado não retorna ao pleno. É o pleno o espaço final para resoluções, decisões, a palavra final. Conselheiro Sá Ribas – sugere um ajuste no texto, entende e concorda com a preocupação da conselheira Rosemeire, a delegação deve estar no limite da lei, e respeitada a competência do pleno, como órgão soberano. O Item “A”, foi com emenda inclusa sob votação – aprovado por contraste. Item “A” sob votação – aprovada por contraste. ITEM B. Guilherme – o decreto já institui instâncias, grupo temático e comissões, tem caráter temporário, subsidiam para atribuições do CONASP (GT’S). As comissões dizem respeito a produção de estudos sobre políticas públicas, colocamos ainda a idéia de câmaras técnicas: 1) articulação 2) mobilização social 3) avaliação e gestão da informação 4) conferências nacionais. Conselheiro Agadeilton – parabeniza a equipe pela pertinência das câmaras, sente falta de uma câmara, ou está prevista em uma das câmaras o acompanhamento dos resultados da CONSEG? Guilherme responde que está previsto na câmara de gestão da informação, e ela deve ter como parâmetro a CONSEG. Conselheiro Tião – quanto à mobilização social, deve entrar nesta câmara os conselhos comunitários. Conselheiro Celito afirma que na câmara técnica de gestão da informação, a principal função seria acompanhar as diretrizes. Conselheiro José Vicente afirma que a missão do conselho, seria avaliar a implementação das diretrizes da CONSEG. Conselheiro Gonzaga – afirma que foi falado quanto a financiamento, deve haver uma câmara específica para o financiamento. Conselheiro Sá Ribas – complementado colocações feitas, ontem trabalhou à tarde, e à noite, com a equipe da SE, sendo feito um trabalho muito importante e competente. Ressalta que está preocupado com o fato de que parecia que o GT não havia cumprido sua a missão de acompanhar as diretrizes da CONSEG. O detalhamento da câmara gestão da informação,

informação, acredita que dirimirá dúvidas. Deve-se discutir os órgãos de estrutura permanente, e para depois aqueles de caráter temporário. Conselheira Rosemeire afirma que há duas propostas, uma para câmara de acompanhamento da CONSEG e outra de grupo temático, na sua leitura Guilherme, quem faz parte da câmara CONSEG, fica 2 anos pensando a conferencia? Guilherme responde sim, esta é a idéia, pois isso demanda um volume de trabalho muito grande. Conselheira Rosemeire entende que haverá uma instância permanente para realização de CONSEG. Conselheira Regina – pede ao Guilherme a leitura das inclusões. Conselheiro Agadeilton – acrescenta a palavra monitorar e avaliar, no item b, como atribuição da câmara técnica, isso contempla sua demanda. Conselheiro Celito afirma que a câmara de gestão deveria propor implementação de leis, ações, levadas ao pleno do CONASP. Conselheira Rose ressalta que a explicação da conselheira Regina foi clara, o que foi acordado não está fechado, pode haver acréscimos, o conselheiro Gonzaga sugere uma câmara somente para financiamento. O conselho pode criar competências agora ou deixar para agosto, na próxima reunião, se você não enxergar tudo neste momento. Conselheira Regina- este documento será enviado a CONJUR, uma vez retornado, não há possibilidades de muitas alterações, como diz a conselheira Rosemeire, em agosto nós traremos novos partes do documento para ser votado. Conselheiro Celito, pergunta se a competência de proposição para implementação, não seja melhor estar no pleno, proposição dos resultados da conferência. Conselheiro Edivaldo afirma que na linha b no tem, estaria melhor como linha b do item 4. Conselheira Regina afirma que a câmara da CONSEG, seria para pensar a logística, pensar administrativamente a próxima CONSEG, pois é necessário que haja previsões para preparar o orçamento. Conselheiro Agadeilton ressalta que no tem b, tem relação com item “A”, uma vez coletados dados, isso permite o acompanhamento dos resultados da CONSEG. Conselheira Regina – quando se pensa o regimento na equipe e com a CONJUR, pensa-se num anexo para cada câmara, pois é mais fácil mexer no anexo do que no regimento. Conselheiro Renato afirma que o financiamento está contemplado na câmara de gestão da informação, então por que criar uma nova câmara técnica, que é um espaço que não se constrói facilmente. Sugere que se deixe em suspensão este item, sobre as

câmaras técnicas, para o dia seguinte. Assim, na sexta-feira haveria apresentação do GT MJ, e apresentação do GT CONASP. Conselheira Regina consulta a plenária. Conselheiro Celito afirma que se o grupo puder apresentar, que seja agora. Conselheira Rosemeire concorda com Celito, pois as dúvidas estão presentes neste momento, assim pode-se avançar. Conselheiro Renato retira sua proposta. Conselheiro Gonzaga – questiona se houve votação, pois se houve votação não se poderá voltar atrás. Conselheiro Renato – diz que não votou a favor, contra ou se absteve, a votação estava em processo, e não se sentiu contemplado. Conselheiro Belitani – não vê constrangimento na exposição da câmara de gestão da informação. Conselheiro Gandra – acha perigoso voltar atrás em um processo de votação, isso poderá virar regra, pois quando em votação, não pode haver questão de ordem, pedido de informação, esclarecimento, isso pode ser um instrumento para inviabilizar votações. Conselheira Regina solicita que se retorne à votação do regimento, o que é questão de ordem, o que é encaminhamento, vai ser tudo delimitado tudo no regimento. Ressalta que quando se prepara uma reunião, constrói-se uma lógica, quando há a inserção desta lógica, isso quebra o raciocínio. Conselheiro Gandra afirma que se houver exceção somente para esse caso, ele aprova, caso contrário não. Conselheira Regina afirma que sim, que deve ser compactuado desta forma, abri-se exceção somente para esse caso. Conselheira Rosemeire solicita a apresentação do GT CONASP, uma resolução que estabelece a câmara técnica, por que gestão da informação, conselheiro Agadeilton, a tua pergunta está aqui, para que se possa ter informações e acompanhamento das diretrizes, a idéia é que se está monitorando e gerindo as informações. Destaca o cadastro único, da assistência social, esse sistema é disponibilizado aos estados e municípios, você pode saber, se a família é monoparental, características do bairro. Destaca a importância da medição para construção de relações com as fontes de informações, para consolidação dos dados, do sistema de gestão da informação. Conselheiro Sá Ribas destaca que o trabalho da equipe técnica foi importante e competente para o trabalho do GT, trouxe uma resolução para criação da câmara técnica, apresentou apenas o esboço. A inclusão da preocupação com o financiamento. Conselheiro Sana destaca o trabalho do grupo, qualifica o CONASP, o documento do

grupo subsidia a instituição das outras câmaras técnicas, mas continua achando a necessidade de uma câmara técnica exclusiva para financiamento, podemos usar a idéia e o texto da câmara de gestão da informação. No documento como um todo sentiu falta do PRONASCI, que mesmo sendo um programa, cobre as maiores regiões administrativas do Brasil. Conselheiro Gandra afirma que está parcialmente contemplado na fala do conselheiro Sana, mas tem ponderações, não basta monitorar, tem-se que ser propositivo, ser formuladores. Lembra que perguntou ao representante da SAL sobre a aposentadoria, e a SAL descumpriu o acordo, e não retornaram informações. Ressalta a gravidade do caso, o governo federal, na contramão da CONSEG, que mesmo com os gastos públicos de trazer a Brasília representantes do Brasil todo, o governo retirou o projeto. Solicita que sua fala seja repercutida nas mais altas autoridades do país, estão induzindo governo, e o presidente a mentir. Porque ainda não monitoramos nada, ainda somos mal tratados, utiliza-se do subterfúgio, pois os técnicos do governo estão empurrando a candidatura da Dilma para baixo. Hoje tem-se o governo como um governo que menti. O PCC trata melhor seus bandidos. Conselheiro Renato solicita esclarecimento ao conselheiro Sana, por que não tem PRONASCI, o PRONASCI pensa num observatório, se esperarmos pelo PRONASCI, não haverá observatório, não haverá câmara técnica. Reconheço a importância do PRONASCI na câmara, mas monitorar para valer, a idéia é que o pleno do conselho tenha propostas e formule, não se pode pensar que os técnicos sejam vistos como iluminados. O pleno decide, ao contrário, a câmara seja um espaço concorrido. Conselheiro José Vicente afirma que por um lado existe uma vasta produção de pesquisa, falta integração e articulação do conhecimento existente, cabe ao conselho estabelecer uma agenda mínima, se se fizer uma pesquisa ao longo dos anos passados, a agenda é semelhante em cerca de 80%, com pequenas variações. Entendo, que as respostas e soluções variam em acordo com os governos. Conselheiro Renato, afirma que há uma pesquisa que identificou 8.000 dissertações ou teses sobre segurança nos últimos 20 anos. Conselheiro Gonzaga – cumprimenta o grupo, pelo trabalho, apontando a forma de como regulamentar as câmaras, por resolução. Ressalta que está em acordo com o conselheiro Sana, que durante a CON, não trata-

se de discutir somente financiamento, mas também suas fontes. Conselheira Regina – concorda com Gonzaga e Sana, deve haver uma câmara somente para financiamento, buscar alternativas, revisão do pacto federativo, este conselho deve trabalhar esta questão. Conselheira Rosemeire – não lembra qual conselheiro fez menção ao acompanhamento legislativo, mas tem uma pergunta, qual a posição do CONASP frente a atividade legislativa, o CONASP deveria ter um acompanhamento do legislativo. Conselheiro Tião afirma que já esta na câmara da articulação. Conselheiro Will destaca duas situações, uma é quanto ao conselho nacional de policias, o segundo e a idéia do Gandra. Conselheira Regina destaca que está numa pauta diferente, isto é informe, isso deve ser feito amanhã. A pauta é câmara temática. Conselheira Wiill – não está contemplado uma câmara temática para atividade policial. A sugestão é uma para atividade policial, a mais importante, existe essa lacuna. Conselheiro Cel Melo – a câmara técnica de articulação institucional poderia se chamar, articulação política-institucional, assim acompanhar os trabalhos do congresso. Conselheira Gonzaga sugere que seja reavaliado o processo anterior, estruturar no corpo do regimento as estruturas das câmaras, poderíamos adotar o modelo de resolução (com anexo). Pois, assim não se precisaria alterar o regimento para alterar as câmaras. Inclusões no item b, sob votação – 1 câmara técnica – aprovada. Inclusões no tem b, sob votação, 2 câmara técnica – aprovada. Inclusões no item b, sob votação, 5 câmara técnica, uma câmara somente para financiamento – aprovado. Conselheira Sana solicitação de esclarecimento, a proposta de Gonzaga e se estabelece as câmaras, se aprova, e as resoluções detalham e regulamentam as câmaras. Conselheiro Celito – não sabe se há necessidade de todas as câmaras serem permanentes. Em votação, proposta aprovada – câmaras farão parte do CONASP. Em votação, câmara político institucional – aprovada. Em votação, câmara de mobilização – aprovada. Em votação, gestão da informação – aprovada. Em votação, câmara CONSEG – aprovada. Em votação, câmara financiamento – aprovada. Conselheiro Sá Ribas – ausência do representante do MP, controle externo faz parte das atribuições do MP. Conselheira Regina ressalta que todas as câmaras terão colisão com outros espaços, mas a câmara não fará controle, mas sim acompanhamento pela câmara. Conselheiro Will – ressalta que não se

trata substituir o MP, a câmara policial receberia demandadas e o CONASP faria o acompanhamento dessas demandas, a câmara fortalece institucionalmente a própria atividade policial. Conselheiro Tião não trata-se de substituir MP, mas câmara com o foco de pesquisa e tratamento da atividade policial. Em votação, câmara policial – aprovada. Reunião encerrada às 18:30 h do dia 10 de junho. No dia 11 de junho os trabalhos foram iniciados às 9:26 h. A Conselheira Regina informa que a Conselheira Eliete está em observação, num hospital em Macapá, com suspeita de dengue, parece ser o caso também do conselheiro Marcos Costa, aguardamos informações, além disso, o conselheiro Mariano se ausentou ontem dos trabalhos, porque passou mal, e foi levado ao hospital. Passou a tarde de ontem em observação. Informa também que está aguardando informações. Ressalta que ainda não há quorum para o início dos trabalhos. Assim, abre a palavra para informes dos conselheiros e da Secretaria Executiva do CONASP. Conselheiro Luis Alberto informa que o CONIC está desenvolvendo a campanha da fraternidade, que discute segurança no campo, violência no campo. Informa também que haverá um plebiscito na semana da pátria. Este plebiscito deverá estabelecer limites para demarcação da terra. E ainda que, no dia 19 de agosto será realizada a sexta conferência da paz. Conselheira Regina, informa que foi anunciado ontem que o Cel. Camilo assumiu a presidência do CNCG, e foi designado como representante daquele conselho junto ao CONASP. Passa a palavra ao Conselheiro Cel Camilo. Conselheiro Cel. Camilo faz sua apresentação pessoal, informando seu nome, Álvaro Camilo, que é Comandante da Polícia Militar do Estado de São Paulo e Presidente do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias e dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, colocando-se à disposição de todos os conselheiros. Conselheiro Sana informa que, no seminário realizado em vitória, foi lançado o livro, contendo a pesquisa coordenada por Michel Misse sobre as Guardas Municipais. Conselheiro Fernando, destaca um programa para combate a exploração sexual infantil que está sendo desenvolvido pela Polícia Rodoviária Federal. Ressalta o trabalho desenvolvido com os conselhos tutelares. Conselheiro Tião, informa que foi realizado um seminário no dia 2 no Viva Rio, sobre crack. Tendo a participação de especialistas nacionais e internacionais. Destaca que foram tratados assuntos como saúde e

segurança pública. Informa também que ontem, houve o seminário sobre rede brasileira de policiais. Conselheiro Sá Ribas, informa que houve em Curitiba a reunião de mobilização do CONASP. Foi um trabalho de divulgação da eleição do CONASP, cumprindo o objetivo de máxima divulgação nos estados sobre a eleição. Ressalta que a Secretaria de Segurança Pública foi receptiva e apoiou o trabalho, inclusive o secretário coordenou os trabalhos. O Conselheiro Poloni informa que a pesquisa dos policiais federais sobre inquéritos policiais, desenvolvida pelo professor Michel Misse, será lançada no dia 2 de julho, no Rio de Janeiro. Ressalta que o trabalho mostra a inoperância do inquérito hoje. Conselheiro Almir destaca que está sendo criado um fórum norte-nordeste de segurança pública e cultura da paz, teve audiência em Recife. Em Maceió, a plenária teve 50 pessoas, em São Luiz teve 150 pessoas. O Cel. Monteiro de Roraima, fez a divulgação da eleição naquele Estado. Conselheira Regina, informa que a equipe se empenhou com gana na divulgação do processo eleitoral. Conselheiro Celito, informa que o comitê de articulação fez a divulgação da eleição, em Macapá. Ressalta que, em torno de 50 pessoas, participaram do evento. Em Florianópolis, foi feito o mesmo processo com os membros da COE, com 600 membros. Sendo enviados e-mails a todos. Mas, apenas 4 pessoas se fizeram presentes. Inclusive pessoas que confirmaram sua participação, não compareceram ao evento. Não houve participação da segurança pública ou Polícia Militar. Conselheiro Everardo, informa que em agosto estará sendo desenvolvido um projeto. Que está sendo coordenado pelo projeto território de paz, pelo conselheiro e pela CUFA. Trata-se de projeto pequeno, mas que está dando o que falar. Há experiência do PRONASCI, mas nosso projeto está centrado no diálogo que a juventude faz com o projeto, relação com a polícia o que o GGI, qual a relação com as famílias dessa juventude, a relação com escolas, hospitais, importante o relato ao CONASP. Ressalta que em Brasília, no Lago a renda per capita é de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) segundo o IPEA, na Estrutural o valor é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Conselheiro Agadeilton – sugestão de pauta para próxima reunião, estava programado para propor isso à tarde, quer espaço para isso, pois deve trazer documentos que fundamentem sua proposta, os terá a tarde. Conselheiro Marcos Rezende, informa que no dia 29 de junho, as diversas entidades que

discutem a religião afro, laçarão a campanha quem é de Axé. Relata que o preconceito e a intolerância inibem a auto afirmação. Conselheiro José Vicente, informa que foram firmados novos contratos entre o Ministério da Justiça e universidades e faculdades. Sendo que, novos cursos serão abertos. Serão atingidos algo em torno de 5.000 alunos, segundo Haydê. Que 50% dos alunos se encontram no início da carreira. Relata que em Porto Alegre dia 24, ocorreu o seminário internacional sobre cultura da paz. Informa que foi aceita pela CAPES e CNPq, proposta de uma área temática para segurança pública. Conselheiro Gilson as Guardas Municipais tiveram reconhecimento, pela aprovação de projeto no congresso, a pesquisa sobre Guardas está finalizada, e logo será encaminhada ao CONASP. Conselheira Regina pede que os conselheiros que participaram de audiências, seminários, encontros façam relatórios e coloquem sua experiência à disposição do pleno e da SE para compartilharmos. Conselheiro Tião informa que os conselheiros Almir, Celito, Eliete, Cibele, Simone, Jaqueline, Marcos, participaram da caravana, de mobilização. Ressalta que esteve em Vitória, no Fórum de Segurança Pública. Ressalta que foi realizada a divulgação da eleição no espaço. Em Porto Alegre, a participação foi baixíssima. Que entre os dias 14 e 15, serão identificadas as entidades ausentes ao processo. Deverá também ser consultada a Secretaria Executiva e a comissão eleitoral, para conversar e garantir a participação de entidades importantes. A media de participação, por consultas em outros conselhos, deve estar na volta de 150 entidades. Conselheira Regina, informa que serão finalizados os informes, para que se possa voltar à discussão do Regimento Interno. Destaca que os debates serão retomados a partir do item 4, letra b. Guilherme, da Secretaria Executiva apresenta o Item c, de quem pode representar o CONASP. Conselheira Regina abre para as considerações da plenária. Conselheiro Everardo como fica a representação em eventos nacionais, internacionais. Guilherme após reunião definindo e indicando os conselheiros, item c, item 3. Conselheiro Celito quanto a representação direta, o presidente e vice, não trata-se de que podem, a redação deve mudar, eles representam o CONASP, titulares e suplentes poderão ser representantes institucionais, eventualmente que haja representação institucional por indicação do presidente. Conselheiro Agadeilton, destaca que o

conselho precisa de critérios para definição de quem representa o CONASP e onde. Conselheira Regina- concorda com um documento com critérios e normas, para a escolha dos conselheiros que farão a representação do CONASP. Em votação, inclusão representação institucional, aprovada. Em votação, representação por designação do presidente, aprovado. Em votação, inclusão de representação técnica (internacional), item 3, aprovado. Guilherme – item d, atribuições do presidente. Conselheiro Gandra item 6, presidente participar dos debates, não parece ser produtivo, ele deve estar isento. Conselheiro Tião crê que o presidente deve manifestar sua opinião, fazer sua exposição. Conselheiro Sá Ribas – item 11, mudar redação, apenas isso. Conselheiro Leôncio – o presidente pode se manifestar, e para isso passa a presidência para outro. Conselheiro Gandra – isso demanda uma burocracia muito grande, como exemplo, a presidenta pede a palavra e coordena ao mesmo tempo, o que ocorre agora. Rose – observa outro ponto, devemos encontrar meio termo, voto de minerva e do tempo da ditadura, a plenária deve decidir se o presidente decide, no item 8, precisa o de redação para isso. Conselheira Regina informa que ministro foi chamado para reunião as 14:30 h para reunião com presidente, isso muda a agenda, como ele não quer furar com o conselho, ele deve estar aqui em 10 minutos. Em votação, participação do presidente, 4 votos. Em votação, não participação debates. Em votação, passa presidência para outro e garante participação, aprovado. Às 10:35, toma acento na Presidência do CONASP, o Senhor Ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto. Após uma breve saudação do Presidente do Conselho, a Conselheira Regina solicita a apresentação pessoal dos conselheiros. Após a apresentação de todos os conselheiros, a palavra retorna ao senhor presidente. O Conselheiro Presidente, ressalta que a copa já começou, um país com 200 milhões de técnicos. Assim, também há no Brasil 200 milhões de especialista em segurança pública. Ressalta que o sistema tem conotação nacional. Num cenário como esse é natural que todos se achem capazes de falar sobre segurança pública. O tema segurança deve fugir das paixões políticas, e promover a discussão técnica, como um fenômeno em si mesmo, mas também é um fenômeno social, como fenômeno das grandes metrópoles, lembrar a cultura do ter, o valor de ter bens materiais. Outros valores devem ser induzidos. Há a necessidade de discutir melhores metodologias,

melhores práticas, e o conselho é o espaço para isso. Pois, as ações e interseções são ou foram sempre provocadas por fatos, eventos de comoção nacional, é preciso formular políticas cujo horizonte seja maior, melhor planejado. A CONSEG reuniu operadores, Sociedade Civil e gestores e o CONASP pode ser o espaço para discutir a transversalidade da segurança, novas políticas, a profissionalização a valorização dos operadores, precisamos de um quadro, um corpo técnico de segurança pública que sirva ao governo federal, aos estados, aos municípios, precisamos de um corpo estatal, menos político. É preciso o debate, a CONSEG mostrou isso, desmistificou impressões, se conseguirmos levar avante o que foi discutido será um grande passo. Há crises cíclicas dentro da segurança pública, a cada momento surgem novas soluções. A segurança deve ser vista como um sistema que integre polícia, justiça e sistema prisional, um sistema com uma nova visão. Segurança também é uma sensação, verificada com estatísticas. Precisamos investir em pesquisa, um melhor tratamento dos dados, das informações, das estatísticas. A segurança pública deve sair da pauta política, pois isso não traz resultados a ninguém, mesmo ao político, precisamos de um plano, onde estados e municípios estejam incluídos. Ouvir especialistas é importante, a segurança como política de estado é uma premência do país, estabelecer um patamar técnico. Ressalta que alguns conselhos são do rei, esse não, a presidência do CONASP não interferirá e legitimará as políticas do Ministério da Justiça. Mas, conciliar as posições e formulações do CONASP, vosso trabalho é da mais alta relevância ao país. Conselheira Regina ressalta que o ministro está cada mais se tornando um especialista em segurança pública. Conselheiro Ricardo Balestreri, afirma que chegar depois do chefe e chato, mas se aproveita da qualidade da fala do Ministro para melhorar a sua. Ressalta que o CONASP é qualificado pela sua representatividade e a individualidades. Afirma que o Ministro acerta quando aponta a atividade estratégica desse conselho, já apontada na CONSEG, muitas teses defendidas aqui são estão em acordo com as políticas de segurança pública pensadas por nós. A marca do ministro é o diálogo, saber ouvir, e conciliar. Ressalta que o Ministro acerta quando pede ao conselho que pense, que exerça a ideação, que formule. Destaca que a sua presença mostra a importância do conselho, e consolida o conselho. A seguir, em razão de sua agenda o Presidente

razão de sua agenda o Presidente do CONASP se retira da reunião, passando a presidência ao Vice-presidente. A Conselheira Regina afirma que, quanto a alternativas para votação presencial, temos uma proposta de votação virtual com registro de senha. Presidente do CONASP surge uma comissão tripartite de acompanhamento. Ressalta que isso democratiza e é menos oneroso ao Estado. Conselheira Regina ressalta que em nenhum momento na carta da CONSEG ficou garantido pagamento de passagens para os participantes do processo eleitoral. Conselheiro Ricardo Belestreri afirma que se pensa inclusive na possibilidade de auditoria do sistema, pela comissão tripartite. Que há limitações legais e orçamentárias para pagamento de passagens, e o não cumprimento dessas legalidades, incorre em multas do TCU. Conselheira Regina afirma que, foi mencionado que o CONJUVE havia pago passagens para Brasília, o conselheiro Manuel fez investigação constatou que o CONJUVE pagou sim para os conselheiros, não para eleitores. Esclarece que o edital é claro em afirmar que não haverá passagens, mas isso não elimina alternativas a participação e que a equipe da Secretaria Executiva estará empenhada em analisar todas as alternativas possíveis. **Início da transcrição do áudio** solicitada pelos conselheiros Marcos Rezende, Mello e Bride : MARCOS REZENDE: Regina e demais conselheiros, na chegada do novo conselheiro que é comandante geral lá do Estado de São Paulo, nós também, eu queria fazer uma colocação porque hoje à tarde nós vamos ter um debate muito intenso e isso é muito importante pra nós do movimento negro, né, o movimento negro nacional e paulista todo se reuniu e fez declarações muito sérias com o aumento dos autos de incidência aí, de resistência à prisão seguidas de morte. E isso tem nos causado um intenso desconforto em todo movimento negro nacional com relação ao novo comando da polícia militar de São Paulo que de 2009 para 2010 houve um aumento de mais de quarenta por cento desse tipo de situação, então assim, quero apelar aqui pro comandante que ele olhe essa questão com sensibilidade inclusive os movimentos já chegaram numa situação de muito, muito desgaste com relação a isso, ao ponto de fazer um documento pedindo até a exoneração do próprio comandante, do Secretário de Segurança Pública. Todos os movimentos negros nacionais, tô falando de local não, então a gente não pode a perder uma oportunidade num conselho como esse, uma

vez que nós somos militantes no movimento negro, de tentar suprir isso e de informar e de inclusive pedir por parte do conselheiro que procure inclusive dar esclarecimentos, informes, mostrar que não é bem assim ou a gente depois fazer um momento num debate como esse, porque isso pra nós é caso de vida e vida é uma das maiores preocupações do nosso conselho e nós vamos estar sempre reiterando a nossa responsabilidade com essas questões com o estado de paz, tá bom Regina. REGINA MIKI: Eu, eu presidindo aqui peço ao Marcos, eu sou solidária, mas peço ao Marcos a vênica de abrir a palavra inclusive pro Coronel Camilo, mas antes de dizer o seguinte, eu não tenho procuração alguma pra fazer a defesa do Coronel Camilo, mas enquanto Secretária Municipal de Diadema eu trabalhei no fórum, tive a honra de trabalhar no fórum metropolitano com o Coronel Camilo, eu tenho absoluta certeza de que esta não é a orientação do comando do Coronel Camilo, mas absoluta certeza que pela sua trajetória, ele estaria riscando o livro da vida dele se essa fosse a orientação. Coronel Camilo com a palavra. CAMILO: Bom, me permitam aí todos, eu gostaria de deixar aberta a polícia militar de São Paulo para o conhecimento de todos e gostaria de deixar que todos sejam meus convidados do conselho para conhecer o que acontece no Estado de São Paulo, infelizmente a mídia tem mostrado algumas situações, mas o que não falta em São Paulo é a defesa de três princípios fundamentais que norteiam a polícia militar, são cem mil homens e mulheres que eu tenho, cento e cinquenta mil ligações por dia e dessas cento e cinquenta mil, quinze mil vezes a viatura vai até o cidadão, as demais são resolvidas por telefone, as crianças que se (inaudível), etc e que não precisa de viatura, mas vão lá e nesse espaço de cem mil estatisticamente nós vamos ter problema, mas ai só pra falar especificamente do tema aí, do movimento aí. Estão criticando muito a polícia de São Paulo por discriminação, por não ser favorável, por ter conta contra os negros, então tenho aqui até conselheiros, que é o próprio Renato Lima, José Vicente que conhecem a polícia de São Paulo, e nós temos lá um compromisso com os Direitos Humanos, nós somos compromissados incondicionalmente com a defesa do cidadão, os três princípios que norteiam a polícia de São Paulo, são: a defesa dos direitos humanos, a polícia comunitária e a gestão, então isso tem sido feito constantemente, é que São Paulo teve uma queda tão grande

dos seus indicadores e da letalidade policial nos últimos dez anos, que qualquer movimentação pra mais um pouco, e o volume é grande, são quarenta e três milhões, ele aparece, mas eu dou uma boa notícia para todos aqui, os indicadores criminais do primeiro trimestre, exceto homicídio, tinham caído, agora no segundo abril e maio, todos caem inclusive a letalidade policial e lá em São Paulo o que acontece também, é que infelizmente a polícia de São Paulo distribuiu os homens de uma forma tão inteligente nesses últimos anos, que ela tá muito mais próxima de onde o crime vai acontecer, então nós temos em São Paulo, o Dr. Balestreri conhece muito isso, a Regina conhece muito, nós trabalhamos muito colocando o homem, é usando sistemas inteligentes, não usamos a teoria da equivalência bélica, nós usamos inteligência e informação, distribuimos o homem de uma maneira super racional, falta o efetivo, mas falta na administração, a gente tá tentando sempre deixar a área operacional desse jeito, então o que aconteceu, sabemos onde o crime acontece, que hora acontece, que dia da semana e como, e nós colocamos a viatura lá, aconteceu um problema na seqüência uma perseguição ou o que a gente chama de acompanhamento e é preso e infelizmente a marginalidade está usando um poderio de fogo maior. Eu falo desta forma, a polícia de São Paulo, o policial está bem preparado, ele usa um método de tiro chamado método Giraldi, que foi adotado pela cruz vermelha internacional, pela ONU, como método de tiro adequado internacionalmente, ele se chama inclusive de tiro de preservação da vida, eu queria deixar bem claro também que nos confrontos em São Paulo, setenta por cento das pessoas, dos cidadãos infratores da lei que atiraram na polícia saem ilesos ou com algum ferimento, apenas trinta por cento, eu volto a falar, daqueles que atiraram contra os policiais no confronto, então a mídia tem, é absurdo? É absurdo. É lamentável? É lamentável, nós gostaríamos de ter o que? Zero. Nós não gostaríamos de ter mortes, nós temos coletes para todos policiais e essa semana duas guarnições tomaram tiros no colete, mesmo assim eu perdi hoje, esse ano onze policiais em serviço, no enfrentamento da criminalidade, agora eu deixo bem aberto aqui para todos os senhores, para todos do conselho, senhores e senhoras, assim não temos o que esconder, a transparência é total, fiz questão no primeiro momento do que aconteceu e sempre recebi o pessoal do movimento negro dentro lá, todos, né, tá aqui o Belintani que já me

conhece também a muito tempo. Recebi lá o ministro José Gregori, recebi o Paulo Sérgio Pinheiro, recebi todos de Direitos Humanos durante todo esse tempo, até nos momentos em que a coisa não está muito boa, eu não sou conivente com nada, mas São Paulo nesses últimos anos, nesses últimos meses perdemos mais de vinte policiais em problemas e todas as instituições convidadas para a audiência Pública na assembléia municipal em que foi pedido a saída do comandante geral e do Secretário de Segurança Pública, e acho que o nosso companheiro estava lá, ninguém foi, só estavam presentes lá o Coronel da polícia militar, presidente, lá o diretor nosso de polícia comunitária e direitos humanos, nós vamos em todos os lugares que fomos convidados, temos plena consciência do trabalho em defesa dos direitos humanos, embora tenham esses fatos específicos, estamos conseguindo transformar em São Paulo, a despeito de tudo que se fala, o nosso policial de rua num protagonista dos direitos humanos, estamos longe de ser cem por cento, sem dúvida nenhuma, os fatos pontuais não haverá conivência da polícia militar e da Secretaria de Segurança Pública, eles aparecem na mídia, mas podem ver que tem uma situação em seguida que nós tomamos a providência, não vamos evitar, trabalhamos pra que isso não aconteça, seis fortes escolas que o coronel, né, o nosso professor José Vicente foi conhecer, e cinco tipos de educação continuada muito forte, mesmo assim vamos ter alguns desvios, estatisticamente vamos, seremos fortes quando isso acontecer e venho a público pedir desculpas se nós estivermos errados, porque não é a essa a linha de trabalho nossa, mas finalizando, todos estão convidados a conhecer a polícia de São Paulo com o seu treinamento, a sua formação e os números do que tão acontecendo em São Paulo e me proponho na próxima reunião a trazer isso detalhadamente com números e fatos e independente da reunião estarei encaminhando a todos os senhores, vou pegar um e-mail, a forma como a gente trabalha em São Paulo, nesses casos específicos, já criei inclusive até pra validar a nossa formação, um grupo de trabalho que eu acabei de convidar o Renato, vou convidar o Dênis, o Sou da Paz, tô convidando o ministro José Gregori, tô convidando algumas personalidades da sociedade civil que militam na área de Segurança Pública para estudar a formação da polícia de São Paulo, para verificar se alguma modificação precisa ser feita, então tô trazendo a sociedade para fazer

isso lá dentro, demonstrando que não tem o que esconder, não tem falta de transparência, e não tem nenhuma linha que não seja respeitar o cidadão e defender os direitos humanos incondicionalmente, é isso que eu tinha pra falar, muito obrigado. REGINA MIKI: Obrigado Coronel, Secretário Balestreri. RICARDO BALESTRERI: Eu me sinto obrigado a falar também, porque em primeiro lugar do ponto de vista da, digamos, daquilo que eu entendo que seja o bom andamento das atividades do conselho, todo respeito por todas as opiniões, enfim, podem ser dadas livremente pelos conselheiros, mas eu não acredito que seja um bom método de trabalho a cobrança nominada e pessoal, acho que se a gente entra nesse ritmo aqui nós vamos começar a nos cobrar mutuamente aqui, eu também tenho coisas a cobrar de várias entidades, vocês tem coisas a cobrar de mim, e aí acho que a gente entra num clima que não é da discussão política propriamente, ainda que a cobrança política possa a qualquer momento ser feita, mas eu acho que a cobrança nominal ela é complicada porque nós podemos entrar num clima aqui de guerra das nossas várias divergências, eu acho que tem que manter o nível que nós temos até aqui de trabalho que é o nível de trabalho político e quando o conselho decidir cobrar politicamente coisas eu gostaria de sugerir com muita franqueza, que não fosse cobrança nominal, pessoal, até porque Coronel Camilo aqui inclusive, depois o conselheiro pode falar livremente, o Coronel Camilo aqui não está representando a polícia de São Paulo, ela tá representando o Conselho Nacional de Comandantes, então eu livremente também quero propor, porque tenho opinião a respeito que acho que para a gente manter o alto nível do conselho as cobranças direcionadas de maneira particular e pessoal, eu entendo que não deveriam se feitas aqui porque ai nós não teremos um clima no mínimo razoável de trabalho dentro desse conselho, preciso também já que foi levantado, preciso também dizer que o Coronel Camilo tem sido o mais excelente companheiro que nós tivemos ao longo dos últimos anos por São Paulo, nossa relação do governo federal com São Paulo foi, não é segredo pra ninguém, sempre muito difícil, não por conta nossa, mas por conta do, enfim de algumas autoridades que passaram pelo governo de São Paulo, até um dado momento nós nem sequer conseguimos trabalhar com São Paulo, porque São Paulo não aceitava nenhuma parceria, o nosso trabalho na Secretaria Nacional de Segurança

Pública, todos sabem que é transversalizado e explicitado o tempo inteiro em cima da questão dos Direitos Humanos, tudo o que nós fazemos é numa perspectiva de Direitos Humanos e o ingresso do Coronel Camilo como comandante abriu todas as portas para o trabalho da Secretaria Nacional de Segurança Pública, particularmente na linha de Direitos Humanos, agora obviamente uma polícia que tem mais de cem mil homens, não sei agora deve ter cento e dez, cento e vinte mil ou mais, obviamente é complicado ter o controle absoluto das coisas, eu não quero entrar no mérito, não tem conselheiro nenhum desrespeito a sua fala, mas eu preciso ser também muito transparente e franco, eu me oponho radicalmente que a gente instaure neste conselho um clima de cobranças direcionadas e inter-pessoais, acho que isso até pode ser feito nos bastidores, não estou censurando nada, acho que se o conselho quiser cobrar alguma coisa politicamente de um ente federado ou da política global do país ele deve fazê-lo, eu acredito que sem personificar porque isso é profundamente constrangedor e acaba nos obrigando inclusive a fazer discussão do mérito, eu quero dizer no mérito, que do nosso ponto de vista Coronel Camilo, do Governo Federal nós nunca tivemos ao longo dos últimos sete anos, pelo menos em que eu estou na SENASP, nunca tivemos tanta abertura e tanta disposição de trabalho conjunto numa instituição de São Paulo, como temos hoje da polícia militar particularmente na área da polícia comunitária e dos Direitos Humanos, São Paulo está nos oferecendo hoje todo um ramo de polícia comunitária relacionado aos acordos com o Japão, com a JAICA, que nós estamos tratando de aproveitar de uma maneira absolutamente solidária e servindo ao Brasil inteiro num programa de polícia comunitária que é a melhor maneira de controlar as violações de Direitos Humanos e as violações dos direitos do cidadãos, eu me sinto plenamente tranquilo para falar isso, porque tenho mais de trinta anos de militância pelos Direitos Humanos e incessante e inquebrantável, então, e não tem seguramente ninguém que possa apresentar a respeito da minha militância um fiapo de vacilação no campo de direitos humanos, eu me sinto obrigado a dar o depoimento ainda que quero muito respeito, fraternalmente dizer que discordo da forma do encaminhamento, sou inclusive obrigado como presidente do conselho a dizer que discordo desse encaminhamento, se o conselho preferir encaminhar assim as coisas ele tá livre, enfim é democrático

aqui se a maioria optar por esse caminho, fiquem à vontade, agora eu particularmente me sinto obrigado a dizer que não acho um bom caminho e acho que é um caminho que contradita inclusive aquilo que nós fizemos até aqui. REGINA MIKI: Bom, eu vou só por em votação ao conselho o retorno a nossa pauta, ela é grande e nós temos que prosseguir, eu só pergunto ao conselho porque realmente Marcos você me perdoa, mas nós tivemos um problema com a pauta, eu retomei para que nós, nós pactuamos que parariamos à chegada do Ministro, e retornariamos ao nosso debate do regimento, você pediu a fala eu pensei que fosse com referência ao regimento, então eu peço só a esse plenário que se manifeste, aqueles conselheiros que optarem por retorno a pauta por favor levantem a mão. Então conselheiro, me desculpe, mas nós vamos retornar a pauta. **Término da transcrição do áudio.** A seguir é retomada a discussão do Regimento, com o servidor Guilherme apresentando o tópico: atribuições do vice, substituição do presidente. Em votação, aprovado. Guilherme – atribuições dos conselheiros. Em votação, em bloco, aprovada. Guilherme – atribuições da SE do CONASP. Em votação, em bloco, aprovado. Conselheira Regina – menciona que está sendo pensado um curso de capacitação para os conselheiros. Sendo que os temas seriam política pública, orçamento, dentre outros. Conselheiro Marcos Rezende comunica que o Conselheiro Marcos Costa, lhe encaminhou a informação de que tem familiar doente e por isso não pode vir a esta reunião. Ressalta que teve o direito desrespeitado, por códigos de ética, não lhe deixaram falar. Esclarece que falou de política, falou de vida, foi ético e que não façam disso uma coisa menor. Ressalta que não foi desrespeitoso. Conselheira Regina reafirma aos conselheiros, que o Conselheiro Marcos Costa entrou em contato com conselheiro Marcos Rezende que não pode vir a reunião do conselho, por problemas de saúde de um familiar. Conselheiro Marcílio ressalta que quanto a regras éticas, deve ser inserido que o conselheiro está sujeito as regras e legislação dos servidores públicos da União. Conselheiro Erivaldo – lembra que o art. 37 da constituição, explicita os princípios como exemplo, técnicos do IBAMA cumprem direito ambiental, mas tem ausência do princípios de direito. Guilherme – item i, regras éticas e princípios. Após esta discussão os trabalhos do período matutino, foram encerrados. À tarde, a reunião foi reiniciada às 14:59 horas. A Conselheira Regina informa

que após conversa com ministro, foi discutida a necessidade de metodologia de votação não presencial para eleição do CONASP. Que será preciso contato com a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação e com o INFOSEG, para se verificar alternativas para esta questão. Afirma que poderá ser preciso uma comissão do CONASP. Informa que, uma idéia seria a de abrir a votação eletrônica por 3 dias. Particularmente, ela acredita que a eleição deve ser apenas no dia, durante todo o processo, deve-se contar com a possibilidade de segundo turno. Conselheiro Tião – propõe começar a reunião com a comissão eleitoral e deixar o regimento para depois ou para a próxima reunião. A Conselheira Regina – lembra que é atribuição deste conselho, fazer o regimento interno, o pleno pode decidir em privilegiar a comissão eleitoral, o edital ou deixar para outra reunião o regimento. Conselheiro Gonzaga, afirma que a Conselheira Regina faz uma afirmação, esta votado, então não se pode mudar nada do edital. Assim, se deve discutir isso antes, se pode haver mudança ou não. Conselheira Regina afirma que sim, o edital está votado, não se deve voltar atrás. O que se pode é esclarecer dúvidas com a comissão eleitoral. Conselheiro Luiz – questiona por que a reunião deve ser suspensa para discutir o edital? Conselheira Regina afirma que o edital é matéria votada. Assim, como se fará? Serão revistos os votos já apresentados. Conselheiro Sana sugere o encerramento da reunião do conselho, por que já foi votado e instituída uma comissão. Ressalta que já houve uma delegação à Comissão Eleitoral. Cabendo a esta o poder de decidir, se o pleno quer destituir a comissão que o faça. a comissão está se vendo perante questões e situações não pensadas, que devemos pensar a respeito. Devemos encerrar a reunião e a comissão e conselheiros se reunir. Conselheiro Gandra afirma que, uma vez delegada a comissão, por que discutir e propor? Aqueles que querem ajudar, que se reúnam com a comissão. Afirma que ele não quer a reunião, pois não vai propor nada. Então não vê necessidade de permanecer. Pois não vai contribuir. Conselheira Regina afirma que a comissão pode analisar as ponderações e contribuições do pleno sobre questões que surgiram, de forma até inesperada. A idéia é que coletivamente e junto a com a comissão haja uma discussão e a busca de soluções e encaminhamentos. Assim, solicita que seja retomada a votação. Solicita ao Guilherme que conduza a votação. Guilherme

informa que é necessário um esclarecimento, houve a suspensão da reunião para acrescentarmos algo quanto à legislação. Conselheiro Marcos Rezende ressalta que houve falta de respeito para com sua pessoa, por brincadeira com seu estado de ser baiano. Conselheiro Agadeilton ressalta que o Conselho não votou a ata da última reunião. Conselheira Regina informa que a ata foi votada antes. Conselheiro Agadeilton, ressalta que já foi discutida a importância de políticas, entre elas a autonomia das perícias, que foi discutida, votada e aprovada pelo congresso, transformando-se na lei nº 12.030/2009. E que não está sendo ratificada pela Polícia Federal. Sendo que no Rio de Janeiro, ordem de serviço, criam serviços de plantão, criam equipes, entre eles o perito criminal. Conselheira Regina ressalta ao conselheiro, que isso é inversão de pauta, como foi dito ao Conselheiro Marcos Rezende. Informa ao conselheiro que ele pode pedir a presença da Polícia Federal, em outro espaço para discutir este assunto. Ressalta que isso pode ser pauta da próxima reunião. Conselheiro Agadeilton – destaca que havia dito, que fez o pedido para o informe pela tarde e não manhã, e também lembra que iria propor este assunto, como ponto de pauta para próxima reunião, para manifestação do conselho. Propõe a este conselho que chame alguém da Polícia Federal para discutir isso na próxima reunião. Conselheiro Cel. Melo informa que os participantes do congresso da ONU entregaram cópia, do relatório, cujo relator é o Conselheiro Marcos Dias. Informa também que entregou a prestação de contas das passagens, de forma legal, para responder duas inserções na fala ontem. Solicita que conste na ata que entregou o relatório de prestação de contas das passagens e o relato sobre o congresso. Conselheira Rosemeire sugere que logo após sua fala, esta reunião do CONASP, seja suspensa para que seja iniciada a reunião com a comissão eleitoral. Conselheira Regina sugere que os conselheiros preparem a pauta da próxima reunião. Conselheiro Tião solicita que conste em ata, que tanto ele quanto o Conselheiro Gonzaga são candidatos a cargos legislativos, ele a deputado estadual e o Conselheiro Gonzaga deputado federal. Solicita que a Secretaria Executiva faça uma investigação no TSE ou outro órgão se, os conselheiros candidatos, podem continuar conselheiros ou têm que deixar o caso. Conselheiro Gonzaga ressalta que independentemente da consulta, a condição de conselheiro é impeditiva da candidatura, a

partir de agosto haverá outros representantes no CONASP. Destaca que deixa claro que, o está votado está votado. Mas, a sua fala foi mal interpretada. Agradece a todos. Ressalta que sai do conselho com um acúmulo maior de que aquele com que chegou. Conselheira Regina agradece a participação do conselheiro e solicita que a entidade do conselheiro indique um o novo representante para ocupar a vaga da ANASPRA. Conselheiro Gominho ressalta que todos devem tomar cuidado com 2 prazos. O prazo para desincompatibilização de cargos (3 de abril) é depois da convecção. Nestes casos não se pode mudar muito as coisas. Conselheiro Tião informa que o seu suplente Rangel, assume na próxima reunião. Guilherme fará a leitura do texto proposto para a resolução: Proposta Resolução Conasp 10 de junho 2010. O Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP), fórum que congrega 48 entidades ligadas aos gestores, trabalhadores e da sociedade civil decide: 1. A sociedade brasileira sensível, no exercício da cidadania, clama por ações de curto, médio e longo prazo na perspectiva de diminuir a violência e a criminalidade. Neste sentido, decide que qualquer contingenciamento dos recursos na área de segurança pública representa uma atitude de não reconhecimento do clamor da sociedade. 2. É fundamental que o Governo Federal através de sua bancada e base aliada na Câmara e Senado Federal aprove o piso salarial defendido pelos trabalhadores e sociedade civil, expresso na PEC 446/09, como uma das formas de reconhecimento e valorização profissional na perspectiva de uma nova política de segurança pública. 3. A I Conferência Nacional de Segurança Pública, fruto da indução do MJ, no fortalecimento do CONASP e de ampla mobilização dos trabalhadores, gestores e sociedade civil, está de fato e de direito legitimado para formular, monitorar e executar políticas de segurança pública. Neste sentido, qualquer tentativa de criar outras instâncias neste campo, sem a devida participação democrática não representa o acúmulo que os gestores, trabalhadores e sociedade civil conquistaram nestes últimos quinze anos, especialmente no processo de organização da I CONSEG e, por conseqüência, o CONASP. Entendemos que o processo de discussão da criação de um Conselho Nacional de Polícia, formado por delegados de polícia, cujo propósito é o de realizar o controle externo da atividade policial, fere a autonomia das Ouvidorias de Polícia já constituídas em 17 Estados brasileiros, além de ignorar e

negar a construção democrática e legítima da reestruturação do Conselho Nacional de Segurança Pública e o fortalecimento dos órgãos de controle interno, externo e social, dotados de autonomia política e administrativa e mandato. O fortalecimento e democratização das Corregedorias e Ouvidorias de Polícia são urgentes e tarefa de toda a sociedade, em especial através de seus representantes nos conselhos de direito. Por derradeiro, reiteramos que este colegiado não reconhece no Conselho Nacional de Polícia uma iniciativa fruto do acúmulo e do protagonismo da sociedade, mas uma iniciativa corporativa desencadeada por delegados de polícia que ameaça a transparência e o controle efetivo da sociedade sobre o fazer policial. 4. Como fruto do processo de organização e mobilização da I CONSEG, foi aprovado como 37º Diretriz a defesa e implementação em sua totalidade do Estatuto do desarmamento, o controle de armas e munições e as campanhas da entrega voluntária de armas. Além disso, a implementação de mecanismos efetivos para o controle e “restrição” às armas de fogo no território nacional são medidas fundamentais para redução de homicídios no país, conforme comprovado por diversos estudos. Sendo assim, este Conselho rejeita a aprovação de qualquer projeto de lei, inclusive o PL 30, atualmente tramitando no Congresso Nacional, que amplia o porte de armas a diversas categorias. Por fim, reafirmamos nossa crença numa polícia democrática a serviço da cidadania, no estado de direito e no controle social, integrados aos anseios da sociedade e do bem estar coletivo, plenamente respaldado neste novo momento de discussão social de segurança pública existente no Brasil. Conselheira Regina pergunta se o texto da resolução é fiel. Conselheiro Leôncio ressalta que não se devem reunir tantos assuntos num mesmo documento, se deve deliberar por partes. Conselheiro Wilmar esclarece algumas questões sobre o conselho de polícia. Destaca que há um equívoco quando se compara o conselho de polícia com o CONASP. Que o conselho de polícia e CONASP são coisas diferentes. Muitos que criticam o projeto do conselho de polícia, não leram a proposta. Destaca que a PEC não é corporativa, não é um movimento de delegados. O que ele procura é a fiscalização da atividade policial. Que a iniciativa é do legislador. Que o conselho de polícia se aproxima do CNJ. Que o conselho deve procurar trabalhar com as corregedorias, as demandas ao CONASP poderão ser

encaminhas ao conselho de policia, presidido pelo ministro do STJ. Não há concorrência entre os conselhos. Conselheiro Sá Ribas, sem entrar no mérito, ontem estive refletindo sobre as exposições sobre os temas da resolução e comentei a questão de punição para legisladores da PMs que estão para serem punidos. Desta forma redigi uma proposta de moção que passo a apresentar: A Plenária do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP), em sua Quinta Reunião Ordinária, no uso de suas competências conferidas pelo art 5º, do Decreto nº 6950, de 26 de agosto de 2009; e Considerando que a instituição de um Piso Salarial Nacional é uma das Diretrizes aprovadas na Etapa Nacional da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG). Expressa e torna público seu posicionamento divulgando a presente. **MOÇÃO DE APOIO. 01)** Ao legítimo pleito pela instituição do Piso Salarial Nacional às classes trabalhadoras operadoras da segurança pública, atualmente em primeira votação no processo legislativo da Câmara dos Deputados, sob a conformação da Proposta de Emenda Constitucional nº 300/08; 02) Aos Deputados Federais Jairo Paes de Lira, Lucínio Castelo de Assunção e Fábio Rodrigues de Oliveira, que, mesmo no exercício do mandato, por representarem e defenderem os interesses e aspirações dessas classes trabalhadoras, estão sendo vítimas de constrangimento expresso por representação apresentada à Comissão de Ética (ou Corregedoria?) da Câmara dos Deputados. 03) À garantia da livre manifestação do pensamento e da liberdade de locomoção, fruto de reunião pacífica das classes operadoras da segurança pública, como direitos fundamentais para o pleno exercício da cidadania, conforme previsão constitucional contida no art. 5º, incisos IV, XV e XVI. Brasília-DF, em 11 de junho de 2010. Assina: Plenária do CONASP. Conselheiro Renato, sugere que sejam votadas as moções hoje ou para próxima reunião. A resolução e um pacotão, existem muitos temas dentro de um mesmo o documento. Ressalta que há uma discussão maior. Foram juntadas coisas diferentes no mesmo documento. Conselheiro Cel. Melo informa que tem lido e relido a PEC. Ela fala em controle das policias, mas há Polícia Militar não e citada, e diz que a representação será de delegados na quase totalidade, fala de controle externo da atividade policial, atinge as Polícias Militares. Desta forma, o texto da PEC deve ser revisto. Conselheira Raquel, apela aos conselheiros, tendo em vista que muitos sairão para viajar, que a pauta

mais urgente é a eleição. Ressalta que não se pode perder a oportunidade de ouvir e contribuir com a comissão. Pede objetividade nas discussões. Conselheiro Tião – encaminha pela suspensão imediata da reunião, a resolução é polêmica, deve ser dividida por temas. Conselheiro Leôncio, ressalta que não entra no mérito, que o Mello leu o texto original, na comissão de mérito há espaço para alterações, pode falar com a assessoria do autor, com o relator da PEC, e pedir informações para que então possa ser discutida a moção. Conselheiro Bridi, ressalta que ontem foi decidida a moção, agora o conselho está revendo a necessidade de moções. Entende que uma vez decidida a moção não se pode voltar atrás. Esclarece que se está discutindo o texto, não o fim da moção. Conselheira Regina, põe em votação, todas moções para próxima reunião, proposta do Conselheiro Tião, votação nominal. Pelo conselheiro Gandra chegou uma moção agora. **MOÇÃO 05, DE 11 DE JUNHO DE 2010** A Plenária do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP), em sua Quinta Reunião Ordinária, no uso de suas competências conferidas pelo art 5º, do Decreto nº 6950, de 26 de agosto de 2009; e Considerando que a instituição de um Piso Salarial Nacional é uma das Diretrizes aprovadas na Etapa Nacional da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG); Expressa torna público seu posicionamento divulgando a presente **Moção de Apoio** Ao legítimo pleito pela instituição do Piso Salarial Nacional às classes trabalhadoras operadoras da segurança pública, atualmente em primeira votação no processo legislativo da Câmara dos Deputados, sob a conformação das Propostas de Emenda Constitucional nº 300/08 e 446/09. Plenário do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP), em sua Quinta Reunião Ordinária, 11 de junho de 2010. Proposta Tião – suspensão da reunião e moções próxima reunião, 16 votos sim, 11 ausentes e 5 não. Conselheiro Sá Ribas, ressalta que o conselho perderá a oportunidade da moção do piso nacional, assim a moção cai por terra, pois perdemos o prazo. Sugere pauta piso nacional, PEC 300. Conselheira Regina, 9 pontos de pauta para agosto, antes da eleição não serão vencidos, concorda que o regimento pode ser votado pos – eleição, mas mesmo assim a pauta é muito grande. Conselheiro Renato – temos necessidade de organizar melhor a reunião, organizar melhor o tempo e o respeito a pauta Conselheira Regina ressalta que havia um fio lógico para esta reunião, ontem pela

manhã houve a inversão de pauta, todos sem exceção perdem. Os conselheiros devem fazer meia culpa, com conversas em voz alta, falta de atenção aos trabalhos. Conselheiro Almir afirma que devem ser encontrados temas para próxima reunião, poderia haver reuniões extraordinárias, ou que acrescentasse 1 dia a mais na próxima reunião. Conselheira Regina coloca em votação, 3 dias pode ser ruim para muitos, sugere uma reunião em julho. Conselheiro Marcílio sugere como proposta de pauta para reunião extraordinária de julho, apresentação GT MJ. Conselheiro Sana, ressalta que o conselho tem que fazer uma reflexão da próxima CONSEG para 2011, se ela dever haver em 2011. Assim o conselho deve sinalizar ao Ministério da Justiça para a previsão orçamentária. Conselheiro Gandra – sugere, que seja aprovada uma moção agora somente quanto ao piso nacional, que será votado dia 16 de junho, o CONASP ficará de fora, será omissivo, todos se posicionam e o conselho não o fará ou este conselho é somente do governo. Conselheira Regina – responde como Ministério da Justiça, não como conselheira, o Ministério da Justiça não impõem nenhuma conduta ao conselho. Ressalta que o conselheiro Gandra, não pede para considerar seus votos, em todas as votações ele é voto vencido, se o conselho abrir para o conselheiro, deverá abrir para todas as moções e os senhores conselheiros tem votos suficientes para vencer qualquer intervenção do Ministério da Justiça. Ressalta que não defende o governo, que no conselho não há carta marcada. Conselheiro Gandra esclarece que não chamou ninguém de pelego ou afirmou que o conselho tenha carta marcada. Pergunta se este é um conselho de governo ou não e apela para isso, não fala que o ministro tem carta marcada. Fez uma pergunta e uma tentativa de acordo. Pede que se busque consenso. Apresenta a proposta no sentido de que se retire o item 6 da pauta e que se vote a moção do piso hoje. Por fim ressalta que o item 6 não tem pressa. Conselheiro Everardo observa que o conselho discutiu ontem, que as resoluções são consensuais, são resoluções políticas, sem necessidade de grandes discussões. Assim sugere a discussão da redação, não do mérito. Faz apelo para que os conselheiros assumam a responsabilidade de indicar que o Ministério da Justiça, o governo e sua bancada que sejam contrários a criação do conselho de polícia, à ampliação do porte de arma, e a favor do piso nacional para os policiais. Sugere que sejam encaminhadas cartas e e-mails as bancadas. Informa

que a rede enviará e-mail para os conselheiros, e pede para que os conselheiros encaminhem para suas bases e também para os parlamentares. Conselheiro Tião, sugere que se vote a pauta. Conselheiro Gandra pede, em razão da situação premente a votação dia 16 do piso. Em votação, votação da moção do piso – aprovada. Em votação, moção do piso – aprovado. Em votação, haverá extraordinária ? sim, aprovado. Em votação, reunião extraordinária 8 e 9 de julho – aprovado. Reunião encerrada oficialmente às 16:40.